

PARA ALÉM DA ESQUERDA OU DA DIREITA: A CORRUPÇÃO E SEU PAPEL NO FRACASSO DAS NAÇÕES

BEYOND LEFT OR RIGHT: CORRUPTION AND ITS ROLE IN THE FAILURE OF NATIONS

EDSON EDUARDO AGUIAR AVELAR

Mestrando em Direito Empresarial e Cidadania. Especialista em Direito Constitucional, Direito Administrativo e em Processo Civil. Assessor Jurídico. Professor de Direito Penal, Processo Penal e Direito Constitucional.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar três temas e a possível relação entre eles: a dicotomia política entre esquerda e direita, o efeito da corrupção na decadência das nações modernas e a maior propensão à corrupção dos governos em razão de seu posicionamento político-ideológico. A proposta é apresentar cada tema isoladamente, ao menos em suas generalidades, de modo a concluir se é possível estabelecer alguma relação de causalidade entre eles ou se estamos tão somente diante de discursos construídos sobre as bases da política partidária sem correspondência nos fatos socialmente verificáveis.

Palavras-chave: Esquerda; Direita; Corrupção; Fracasso; Nações

ABSTRACT

This article aims to analyze three themes and the possible relationship between them: the political dichotomy between left and right, the effect of corruption on the decline of modern nations and the greater propensity for corruption in governments due to their political-ideological positioning. The proposal is to present each theme in isolation, at least in general terms, in order to conclude whether it is possible to establish some causal relationship between them or whether we are simply faced with speeches constructed on the basis of party politics without correspondence in socially verifiable facts.

Keywords: Left; Right; Corruption; Failure; Nations.



1 INTRODUÇÃO

Os termos “esquerda” e “direita” há muito tempo tem servido como descrições generalizantes dos posicionamentos políticos de pessoas e governos, pelas quais, imediatamente, uma gama de adjetivos e visões de mundo são atribuídas àqueles que se denominam (ou são denominados) como partidários de um lado ou de outro.

Essa visão dicotômica tem como efeito notável o estabelecimento de uma espécie de régua cujos extremos representariam a visão mais aguda possível dos ideários tidos como de direita ou de esquerda e, à medida que um posicionamento vai “se aproximando do outro lado”, novas classificações são criadas, como por exemplo direita ou esquerda moderada, centro-esquerda, centro-direita, entre outros.

Outro efeito perceptível dessa visão limitada é o acirramento da polarização em diversas sociedades democráticas, radicalizando posições, gerando ódios comuns, o que acaba por estimular práticas por vezes antidemocráticas “justificadas” pela necessidade de destruir ou, ao menos, desmoralizar o “inimigo”.

Nessa verdadeira guerra ideológica, identificar os erros do adversário, ora inimigo, passa a ter, muitas vezes, maior importância do que exaltar suas próprias virtudes.

Entre as acusações comuns a ambos os lados é atribuir a governos que se identifiquem com o espectro político A ou B, uma propensão maior a práticas antirrepublicanas, antidemocráticas e criminosas e, dentre estas últimas destaca-se a corrupção. Para o militante fiel a um dos lados, a corrupção é característica inerente ao lado oposto e, quando verificada em seu campo político, é tratado como um desvio excepcional.

A questão acima nos coloca diante de duas grandes perguntas que precisam ser respondidas: a) Na política e no mundo atual ainda faz sentido esta dicotomia entre “esquerda” e “direita”? e b) Admitindo que tal dicotomia é possível, a prática da corrupção é mais identificada com um lado que o outro?

O presente artigo busca trazer uma reflexão exatamente sobre estas duas perguntas, de modo a que possamos perceber o que é real, o que é fantasia e o que é estratégia no discurso político, especificamente quanto à tentativa de “colar” a pecha de corrupto nos militantes do campo oposto.



2 OS TERMOS “ESQUERDA” E “DIREITA” PODEM NOS DEFINIR POLITICAMENTE NOS DIAS ATUAIS?

É consenso histórico que os termos "esquerda" e "direita" surgiram da distinção que os membros Assembleia Nacional Francesa, pós-revolução de 1789, faziam entre si, sentando-se à direita do parlamento os partidários do rei – os girondinos – e os simpatizantes da revolução – os jacobinos - à sua esquerda.

Assembleia Nacional foi substituída em 1791 por uma Assembleia Legislativa, que mesmo sendo composta inteiramente por novos membros, manteve a divisão anteriormente existente, acrescentando um novo componente: os chamados “moderados” que se reuniam ao centro, em uma provável tentativa de fugir à polarização entre as posições políticas originais.

Seguidos episódios, tais como a Convenção Nacional de 1792, o golpe de Estado de 2 de junho de 1793, com a prisão dos Girondinos e o Golpe de 9 Termidor de 1794, que excluiu os membros da extrema-esquerda, culminaram em uma nova Constituição que instituiu regras para evitar a partidarização do parlamento.

Posteriormente, durante a chamada Restauração Bourbon, de 1814 a 1830, novamente a posição que os membros do parlamento ocupavam se tornou algo relevante, tendo os defensores ferrenhos da monarquia passado a ocupar a direita da tribuna, ao passo que os chamados independentes se posicionavam à sua esquerda. E o centro do parlamento foi ocupado pelos moderados defensores da Constituição. Surgiram também expressões como extrema-direita e extrema-esquerda, bem como de centro-direita e centro-esquerda, que serviam para descrever variações mais ou menos radicais dos posicionamentos tradicionalmente já estabelecidos.

É imperioso ressaltar que, originalmente, ainda que usados para descrever estratos sociais com diferentes interesses, os termos "esquerda" e "direita" não serviam para descrever ideologias políticas nem possuíam a compreensão que hoje se aplica a estes termos, ou seja, a dimensão essencialmente ideológica e que opõem diferentes visões de mundo.

Em verdade, a distinção entre esquerda e direita não é algo que seja unanimidade entre os cientistas políticos e, ao longo da História, muitos destes se dedicaram a descrever as diferenças entre os dois termos sem que se tenha chegado a um consenso definitivo.



Para Jean Lapoultre, haveria quatro as dimensões que definiriam os elementos da divisão ideológica entre esquerda e direita, sendo elas a política, a economia, a religião e a temporalidade. Para a direita importariam essencialmente as tradições, o status quo, o livre mercado e o conservadorismo. Já a esquerda seria orientada por uma visão de futuro, mudanças sociais, a intervenção do Estado na economia conviveria melhor com a descontinuidade.

Já para Norberto Bobbio o critério fundamental para estabelecer a distinção é a profunda diferença de atitude perante o ideal de igualdade, embora ele própria reconhecesse que este critério não seria absoluto na medida em que a esquerda nem sempre é igualitarista nem a direita não igualitarista

Ainda, segundo o português Nogueira Pinto à esquerda teríamos o otimismo antropológico, o utopismo, o igualitarismo, o democratismo e o internacionalismo, ao passo que à direita teríamos o pessimismo antropológico, o antiutopismo, o direito à diferença, o elitismo e o nacionalismo.

Por fim, alguns cientistas políticos trouxeram ainda o valor que cada um dos lados atribui (ou atribuíam) ao nacionalismo e ao internacionalismo, bem como a compreensão sobre os conceitos de democracia e de república.

Decorridos tantos anos desde a Assembleia Nacional Francesa, é necessário refletir se a redução da política a um simples eixo “esquerda-direita” ainda possui significado no mundo moderno e se esta distinção maniqueísta seria capaz de abarcar as complexas dimensões políticas, econômicas e sociais hoje existentes. É necessário inclusive refletir se essa dicotomia entre direita/esquerda não carregaria um aspecto absolutamente antidemocrático já que uma disputa centrada exclusivamente entre “esquerdistas” e “direitistas” acaba por capturar a democracia por essas ideologias como se fossem as únicas possíveis, não abrindo espaço para a intensificação do debate, para o reconhecimento da pluralidade política, e para a possibilidade do dissenso.

É preciso, entretanto, atentar para o fato de que, em algumas nações modernas, os termos “direita” e “esquerda” passaram a designar espectros que vão além da visão pessoal sobre política ou economia. Ser de “esquerda” ou de “direita” passou a ser encarado como distintivos pessoais capazes de descrever personalidades, valores, visões de mundo, caráter e outros aspectos da individualidade humana pelo simples fato de uma pessoa se apresentar como “direitista” ou “esquerdistista”.



De certa forma, as pessoas são estimuladas e induzidas a acreditar que “esquerda” e “direita” são ideologias políticas únicas e consolidadas, que disputam entre uma espécie competição por “corações e mentes”, como se “esquerda” e “direita” fossem compostas por duas massas homogêneas de pessoas que compartilham exatamente das mesmas ideias e valores.

Essa disputa pretensamente ideológica gera, entre outros efeitos, a intensa polarização da sociedade, ou seja, a divisão da sociedade em dois polos que representam posições diferentes sobre um ou mais temas, se fechando em suas convicções e, geralmente, indispostos ao diálogo com o lado oposto.

Em uma sociedade concentrada em dois lados radicalizados, adversários são vistos como inimigos, o diálogo não é incentivado e transgredir as regras parece encontrar justificativas quando se propõe a “destruir” o outro lado. Neste sentido, é possível citar uma infinidade de narrativas que são criadas por estes dois grupos com o declarado objetivo de deslegitimar o adversário e apontar para seus vícios sem reconhecer absolutamente nenhuma virtude no outro.

Dentre as estratégias, sejam elas racionais ou passionais, de deslegitimação e desmoralização do “lado oposto” está a de comparar os casos de fracassos ou de sucessos de nações cujo modelo de governo seja mais ou menos identificado com o espectro da direita ou da esquerda. A prosperidade econômica de outras nações tornou-se uma espécie de troféu apto a demonstrar a superioridade de um lado sobre o outro.

Outro elemento daquilo que chamamos de “estratégia” é o contínuo escrutínio das práticas políticas do adversário, ora já constituído em inimigo, de modo a identificar qualquer comportamento antirrepublicano, antidemocrático ou criminoso o que permitirá, mesmo no caso de meras suspeitas, “colar” no adversário uma imagem negativa vinculada visceralmente àquele comportamento imoral ou mesmo criminoso.

Nessa verdadeira guerra de narrativas, um governo seria capaz de levar o país à ruína porque adotam as práticas tidas como de “esquerda” ou “direita” e essas práticas, conforme quem discursa, seriam a causa do fracasso. E entre as pretensas práticas características de um modelo ou outro, estaria uma indelével e inafastável propensão à corrupção.

Se há um ponto em que Esquerda e Direita se igualam é na energia que dedicam a taxar o lado oposto como incompetente, inapto e especialmente corrupto. Ainda que exemplos (ou simples suspeitas) de corrupção proliferem nos mais diversos



cenários políticos, os lados polarizados somente conseguem enxergar o que o outro lado faz de errado.

Ainda que consideremos este cenário de “dedos apontados” uns contra os outros como incapaz de demonstrar a realidade fática, é importante buscar repostas para os seguintes questionamentos dele advindos, quais sejam: a) a prosperidade ou fracasso de uma nação podem ser explicados pelas maior ou menor adesão de seu governo a um modelo de probidade administrativa? b) se a resposta à primeira pergunta for afirmativa, é possível vincular um governos honesto ou desonesto ao fato dele ser identificado com o ideário de esquerda ou de direita?

3 SERIA O ESPECTRO POLÍTICO O RESPONSÁVEL PELO FRACASSO DAS NAÇÕES?

O termo Economia Política é usualmente descrito como a ciência que estuda as relações sociais de produção, circulação e distribuição de bens materiais que objetivam o atendimento das necessidades humanas, sendo possível identificar as leis que regem tais relações.

Antoine de Montchrestien, cunhou o termo em 1615 em seu livro "Tratado de Economia Política". O autor postulava que a atividade estatal deveria adotar e proteger as ideias e os princípios característicos da Economia.

Em 1776, uma obra escrita pelo filósofo e economista escocês Adam Smith, chamada “A Riqueza das Nações”, revolucionou todo o pensamento econômico até então. Considerada a obra fundadora da economia clássica e do liberalismo econômico, ela sepultou, ao menos como pensamento econômico dominante, as práticas do mercantilismo e da fisiocracia, apresentando a tese de a prosperidade de uma nação está intimamente ligada à sua capacidade de promover o livre mercado, sendo o trabalho a sua principal fonte de riqueza.

Smith, em sua obra, também cunhou o conceito de “mão invisível do mercado”, tese pela qual os indivíduos, em busca de seus próprios interesses egoístas na dinâmica do mercado, acabariam promovendo o bem-estar geral da sociedade. Para Smith, a busca individual pela maximização dos próprios lucros, resulta na



necessidade de que eles forneçam bens e serviços que atendam às necessidades e demandas dos consumidores, levando a uma alocação eficiente dos recursos.

Registro fundamental e fundante do modelo de liberalismo econômico, a obra também traz o corolário lógico da liberdade individual no mercado, ou seja, a ideia de que a intervenção excessiva do governo na economia é prejudicial ao crescimento e à eficiência, sendo uma verdadeira “âncora” para a riqueza das nações.

Longe de serem consensuais, as ideias de Smith encontraram diversos contrapontos e sofreram muitas críticas ao longo da história da Filosofia e da Economia Política, porém, a questão do porquê algumas nações prosperaram economicamente, enquanto outras fracassaram, sempre foi um tema controverso e exaustivamente debatido na História Contemporânea, sem que se tenha chegado a uma conclusão aceita por todos.

Uma das obras mais recentes que trataram do tema, foi o livro “Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza”, publicado pela primeira vez em 2012, de autoria dos economistas Daron Acemoglu e James A. Robinson. O livro aplica conhecimentos de economia institucional, de economia do desenvolvimento e de história econômica para compreender por que razão as nações se desenvolvem de forma diferente, com algumas tendo sucesso na acumulação de poder e prosperidade e outras falhando.

A ideia central da obra é o papel das instituições na obtenção de um elevado nível de bem-estar nos países, criticando duramente a teoria geográfica como “incapaz de explicar não apenas a desigualdade global em geral”, mas também o fato de que muitos países permaneceram estagnados durante muito tempo, e depois, em determinado momento, iniciaram um rápido crescimento econômico sem que sua posição geográfica tenha mudado.

Na obra em tela, os autores trazem o exemplo de Nogales, no Arizona, e Nogales, em Sonora, questionando as razões da dramática diferença nos padrões de vida em ambos os lados do muro que separa as duas cidades, um caso clássico que demonstra a problemática abordada em toda a obra.

Uma das razões apontadas para explicar esta diferença, reside no papel desempenhado pelas instituições, sendo estas divididas em dois grandes grupos: políticas e econômicas. As primeiras regulam a distribuição de competências entre as diversas autoridades do país e o procedimento de formação desses órgãos, e as segundas regulam as relações patrimoniais dos cidadãos.



Acemoglu e Robinson então, opõem dois arquétipos para sustentar sua tese: as instituições econômicas e políticas chamadas “extrativas” e as “inclusivas”. As instituições econômicas inclusivas protegem os direitos de propriedade de todos e não apenas de poucos privilegiados, propiciando a todos os cidadãos condições para que prosperem e obtenham lucros.

Entretanto, para que seja possível a existência destas instituições econômicas, é necessário que existam instituições políticas também inclusivas, ou seja, aquelas que permitam que amplos espectros da sociedade participem do processo político das melhores escolhas para os membros da sociedade.

A ausência destes modelos inclusivos, se configuraria no oposto que seriam as instituições econômicas e políticas extrativas, cuja principal característica é a notável exclusão da maior parte dos estratos populacionais, os alijando da distribuição da riqueza e das decisões políticas, consolidando um modelo que privilegia tão somente as elites.

Com fundamento nesta distinção, os autores concluem que regimes democráticos promovem o crescimento econômico ao passo que os regimes ditatoriais o impedem.

Assim como Adam Smith encontrou diversos óbices e críticas à sua teoria, não foi diferente com Acemoglu e Robinson e uma das mais contundentes foi a do filósofo e economista Francis Fukuyama que, em artigo na *The American Interest*, embora concordando com argumento de economias fracassadas são no mais das vezes devidas a instituições que beneficiam as elites, afirma que a abordagem simplifica excessivamente a questão, um tanto generalizante e que, especificamente que o argumento não se aplica à China moderna.

Na obra “Ordem política e decadência política: da revolução industrial à globalização da democracia” Fukuyama, afirma que governos fracos, incompetentes, corruptos, são incapazes de garantir as condições existenciais para que a população desempenhe minimamente suas capacidades e de efetivar seus direitos.

Neste sentido, o incremento das instituições estatais é fator primordial para a promoção da dignidade humana além de ser notório que em Estados falidos prosperam a corrupção, o tráfico de drogas e de pessoas. Fukuyama afirma que apenas a criação de boas instituições permitirá ao Estado passa a ter força política e jurídica suficientes para superar e combater os males advindos da apropriação privada



da esfera pública, males estes que são representados muito especialmente pela prática da corrupção.

Obviamente que as visões apresentadas não encerram a discussão do porquê as nações fracassam, entretanto, parece ser consenso se imaginar que quando o Estado serve a interesses privados ele acaba por aprofundar ainda mais o fosso da desigualdade social e que a corrupção parece ocupar lugar formal e simbólico como a expressão mais contundente e significativa desta subversão dos verdadeiros objetivos do Estado.

Com vistas ao que foi possível demonstrar da leitura de diversos cientistas políticos, nos parece acertado concluir que as más práticas políticas, entre elas a corrupção desenfreada (por vezes tolerada), tem muito mais relação com o fracasso das nações que a ideologia de seus governantes.

Tais estudos, bem como diversas literaturas sérias o tema, não detectaram nenhuma vinculação explícita entre a derrocada econômica e social de uma nação e o fato de seus governantes (e a própria sociedade) se identificarem com um espectro político mais à direita ou à esquerda.

Portanto, é preciso que se busque outra resposta para o problema. Se admitirmos que, entre as diversas causas que levam uma nação ao fracasso é a forte presença da corrupção em suas instituições, talvez seja o melhor caminho analisar quais são os fatores que permitem que a corrupção se instale de maneira endêmica no corpo de uma sociedade e, em especial na prática política dessas nações.

4 CORRUPÇÃO – CONCEITO, CONSEQUÊNCIAS E PERCEPÇÕES

A origem etimológica da palavra “corrupção” vem do latim “*corruptio*”, que significa “decomposição”, “degradação”, o que era diretamente relacionado ao sentido biológico do termo, ou seja, um processo natural ao qual todos nós estaríamos sujeitos.

Com o passar do tempo, o significado do termo veio sendo utilizado para designar algo que se deteriorou e se deformou de tal forma que se afastou de seus propósitos originais, ou seja, um distanciamento do que é tido como ideal. E é por conta dessa dimensão moral que o conceito de corrupção passou a ser associado à violação de um dever ético, especialmente na condução dos negócios públicos.



Desde Aristóteles, em sua obra “A Política”, vemos esta noção de distanciamento do ideal, quando o filósofo distingue o bom governo como aquele que pauta suas ações com base no interesse comum em oposição aos governos ruins que pautam suas ações com base nos interesses privados.

Ao longo da História, outros importantes filósofos também abordaram em suas obras o tema da corrupção.

Maquiavel, imaginou a corrupção emergindo nas sociedades de modo a que, ao fim contaminassem todas as instituições, momento em que a única solução possível para o problema seria a instauração de um novo regime, assemelhando sua visão à de um processo natural de deterioração.

Montesquieu, em sua obra “O Espírito das Leis” dedicou ao tema um livro inteiro, com título de “Da corrupção dos princípios dos três governos”. Para o autor “A corrupção de cada governo começa quase sempre pela corrupção de seus princípios”.

Já Rousseau falou sobre a “morte do corpo político”, como algo semelhante ao corpo humano que, como tal, mais cedo ou mais tarde se decomporia.

Muitos cientistas sociais brasileiros também se detiveram ao fenômeno da corrupção. Destacamos Sergio Buarque de Holanda que afirmou a existência, em nosso país, do desenvolvimento de uma herança cultural adquirida pelo domínio português, onde a estrutura patriarcal e rural perduram até os tempos atuais, o que seria a causa da contaminação da vida pública pelo interesse privado que, ao fim, sempre prevalece.

Se filosoficamente a corrupção sempre foi uma preocupação em inúmeras obras, para o Direito, em razão de suas especificidades, para que fosse possível tratar a “corrupção” como um fato a ser regulado, houve a necessidade de uma conceituação e delimitação mais concreta que aquelas trazidas pela filosofia. Desta forma, em grande parte das legislações atuais em todo o mundo, a “corrupção” se constitui fato regulamentado pelos direitos penais, administrativos e políticos. Trata de conduta cujos efeitos se irradiam sobre diversos aspectos da vida em sociedade e da relação dos Estados com a sua população.

Entretanto, justamente pelo fato do Direito possuir uma limitação que lhe é inerente, as legislações não se mostram suficientemente aptas a combater efetivamente a “corrupção” e os seus efeitos, já que muito daquilo que, em sentido moral e eticamente seriam considerados atos de “corrupção” são condutas atípicas,



já que a legislação não é capaz de acompanhar a velocidade que a sofisticação com a qual os esquemas de corrupção se apresentam.

Portanto, parece ficar claro que a “corrupção” é um mal que existe desde tempos imemoriais, perceptível, em maior ou menor grau, em praticamente todos os tipos e formas de governo e em todas as organizações humanas ao longo da História da sociedade.

De toda sorte, o ponto principal deste estudo é averiguar se existe ou não uma maior pretensão à corrupção conforme um governo se apresenta como sendo de “direita” ou “esquerda”.

Negar essa indagação nos parece algo óbvio na medida em que a “corrupção” é um fenômeno detectável na História muito antes de terem sido construídos os conceitos de “direita” e “esquerda”. Mas, talvez seja necessário apresentar dados concretos sobre a percepção que as populações possuem sobre os níveis de corrupção existentes em seus países.

Hoje em dia, é possível avaliar essa percepção recorrendo ao **Índice de Percepção da Corrupção, que é elaborado pela** Transparência Internacional (TI), uma organização sem fins lucrativos sediada em Berlim cujo propósito é combater a corrupção e as atividades criminosas ligadas a atos corruptos. Suas publicações mais conhecidas são o Barômetro Global da Corrupção (BGC) e o Índice de Percepção de Corrupção (IPC).

Atualmente, o **Índice de Percepção da Corrupção** é o principal indicador de corrupção existente no mundo, produzido pela Transparência Internacional desde 1995, ele avalia 180 países e territórios e atribui notas em uma escala entre 0 e 100. Ele é composto pelo conjunto de 13 fontes de dados de 12 instituições independentes e especializadas em governança e análise de ambientes de negócios.

Entre os aspectos que são capturados pelo IPC nas perguntas para coleta de dados sobre corrupção estão, por exemplo: a prática de propina, o desvio de recursos públicos, o uso de cargos públicos para benefícios pessoais sem punição, a capacidade dos governos de controlar a corrupção e implementar mecanismos de integridade no setor público, a burocracia e sobrecarga burocrática excessiva, nomeações baseadas em nepotismo, leis de transparência, proteção legal para denunciadores, jornalistas e investigadores e o acesso da sociedade à informações de caráter público.



O último IPC produzido foi o relativo ao ano de 2023 e este nos trouxe as seguintes constatações:

Países com maior pontuação (menos corruptos) foram: Dinamarca, Finlândia, Nova Zelândia, Noruega e Cingapura. Já os países com menor pontuação (mais corruptos) foram: Iêmen, Venezuela, Síria, Sudão do Sul e Somália. O Brasil, neste ranking, ocupa a vergonhosa 104ª posição de um total de 180 países avaliados, ficando atrás, por exemplo, de Uruguai, Chile, Cuba e Argentina.

É preciso então, verificar o que há em comum entre os países líderes do ranking e aqueles que ocupam a rabeira da análise, especialmente se o espectro político (esquerda ou direita) tem alguma relação com estes resultados.

Entre os países tidos como menos corruptos, Dinamarca, Finlândia, Noruega e Nova Zelândia são governados por partidos de centro-esquerda, enquanto Cingapura é governada por um governo de centro-direita. Já entre os mais corruptos, Iêmen, Síria, Sudão do Sul e Somália, possuem governos tão instáveis que se torna uma tarefa muito difícil classificá-los ideologicamente, ao passo que a Venezuela é governada por um líder autodeclarado como de esquerda.

Ainda que possa haver consideráveis críticas ao IPC, especialmente quanto ao uma suposta não cientificidade, é possível inferir diversas conclusões em relação aos números que vem sendo apresentados pela Transparência Internacional e uma das mais notáveis análises sobre tais índices podem ser visto na obra das economistas norte-americanas Susan Rose-Ackerman e Bonnie J. Palifka “Corrupção e governo: causas, consequências e reformas”.

Analisando cuidadosamente os índices, as autoras concluem que, apesar de casos individuais anômalos, os padrões gerais mostram que alguns países se mantêm persistentemente bem-sucedidos em termos de boa-governança e progresso econômico e social, ao passo que outros se mantêm persistentemente atrasados.

Tais situações seriam motivadas por um conjunto de causas principais que geralmente interagem umas com as outras, entre estas o excesso de dificuldades burocráticas, as quais podem existir justamente para facilitar a corrupção, na medida em que burocratas se favorecem da indevida flexibilização dos trâmites burocráticos, altos investimentos em infraestrutura relegando a segundo plano investimentos em capital humano, tais como saúde e educação, o enfraquecimento da legitimidade do governo e o grau de confiança que as pessoas depositam umas nas outras.



Porém, o traço mais comum entre todos os países que historicamente apresentam altos índices de corrupção é o fato de possuírem frágeis instituições democráticas, instabilidade política e extensos períodos sob o jugo de ditaduras ou falsas democracias, escoradas em eleições fraudulentas ou manipuladas.

E, tal cenário de ausência total ou parcial de mecanismos democráticos é o elemento claramente identificável nos países destacados como historicamente corruptos. As ditaduras criam ambientes propícios à escalada dos interesses empresariais e privados sobre o Estado, tendo em vista o cerceamento dos mecanismos de fiscalização e o aparelhamento do Estado por agentes dos setores empresariais privado que, em contrapartida, oferecem todo tipo de vantagens aos agentes públicos com os quais intimamente se relacionam.

Assim, nos parece muito mais razoável atribuir a “corrupção” não à ideologia política dos gestores de uma nação mas sim à sua maior ou menor afinidade com a transparência, os ditames éticos e o respeito aos mecanismos de controle e fiscalização típicos de sociedades com democracias consolidadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filósofo Friedrich Nietzsche, entre tantas frases de impacto, afirmou: “Um político divide os seres humanos em duas classes: instrumentos e inimigos.”

É muito significativo que uma frase dita há mais de cem anos nos soe tão atual. Nos que parece claramente que nossa sociedade mergulhou em intensa polarização política pela qual dois lados radicalizados que transformam adversários em inimigos, indispostos ao diálogo se situam em campos pouco definidos que abarcam os mais diferentes pensamentos e interesses, mas que se “pintam” com as únicas duas “cores” possíveis: esquerda ou direita.

Governos se alternam ou se perpetuam em diversos locais do globo apresentando como regra uma imensa incapacidade de lidar com problemas básicos e mais incapazes ainda de combater desvios que acontecem sistematicamente.

Incapazes de fortalecer mecanismos de inclusão política e de participação democrática, o que possibilitaria uma guinada ética em direção a Estados em que a corrupção fosse o mal a ser combatido, políticos se entronizam no poder, estimulando



uma guerra fratricida entre cidadãos, na qual os únicos beneficiados são castas que encontraram no Estado o meio de conseguir poder e riqueza indevida.

Todos os estudos e pesquisas, que nos foram possíveis de conhecer, demonstraram que a deterioração da política e das economias de nações que fracassaram em seu papel de criar condições para que as pessoas prosperassem se deu não porque governos adotaram ideários anacrônicos como “ser de esquerda” ou “ser de direita”.

Mais destrutivo que qualquer cartilha política é a submissão do Estado aos interesses de elites e de indivíduos inescrupulosos. É o desmonte dos mecanismos de controle e fiscalização dos atos públicos pela própria sociedade. É o abandono da necessária dimensão ética da política em favor de uma moral distorcida na qual atos ilícitos são tolerados desde que praticados por aqueles que pertençam ao nosso campo político. É a desilusão que cidadãos comuns passaram a ter com a política se tornando seres apáticos, incapazes de lutar por mudanças estruturais que fossem capazes de eliminar da vida política criminosos portadores de mandatos eletivos.

Nunca é tarde para se acordar de um pesadelo mas, para que isso seja possível, ao invés de nos dividirmos em “esquerda” ou “direita”, precisamos nos unir em um sentimento de fraternidade que nos permita construir pontes entre nós, aceitando as opiniões divergentes, enxergando o outro como alguém que é capaz de nos tornar alguém melhor e nos ajudar a construir uma sociedade em que a corrupção seja a exceção e jamais a regra.

REFERÊNCIAS

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**, 26 ed. São Paulo : Cia. das Letras, 1995.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2007

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **O espírito das leis**; Montesquieu: apresentação Renato Janine Ribeiro: tradução Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LAPONCE, J. **Left and Right: The Topography of Political Perceptions**, Universidade de Toronto, 1981



FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992

ROSE-ACKERMAN, Susan; PALIFKA, Bonnie J. **Corrupção e governo: causas, consequências e reformas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Além do bem e do mal: Prelúdio a uma filosofia do futuro**. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO 2023. **Transparência Internacional**, 2024. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/ipc/> Acesso em: 21.julho.2024.

